

**POR QUE**



**AS NAÇÕES**

**FRACASSAM**

**AS ORIGENS  
DO PODER,  
DA PROSPERIDADE  
E DA POBREZA**

**DARON ACEMOGLU  
JAMES A. ROBINSON**

# **POR QUE AS NAÇÕES FRACASSAM**

**AS ORIGENS  
DO PODER,  
DA PROSPERIDADE  
E DA POBREZA**

**DARON ACEMOGLU  
JAMES A. ROBINSON**

Tradução de Rogerio W. Galindo  
e Rosiane Correia de Freitas



Copyright © 2012 by Daron Acemoglu e James A. Robinson.  
Todos os direitos reservados.

TÍTULO ORIGINAL  
Why Nations Fail

PREPARAÇÃO  
Barbara Morais  
Isadora Prospero

REVISÃO  
Eduardo Carneiro  
Fábio Gabriel  
Rayssa Galvão  
Thayná de Barros

DESIGN DE CAPA  
David Pearson

ADAPTAÇÃO DE CAPA  
Gustavo Piqueira | Casa Rex

DIAGRAMAÇÃO  
Victor Gerhardt | CALLIOPE

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

---

A157p

Acemoglu, Daron, 1967-

Por que as nações fracassam : as origens do poder, da prosperidade e da pobreza / Daron Acemoglu, James A. Robinson ; tradução Rogerio Galindo, Rosiane Correia de Freitas. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Intrínseca, 2022. 592 p. : il. ; 23 cm.

Tradução de: Why nations fail  
Inclui bibliografia e índice  
Inclui mapas  
ISBN 978-65-5560-540-2

1. Economia - Aspectos políticos. 2. História econômica - Aspectos políticos. 3. Desenvolvimento econômico - Países em desenvolvimento. 4. Revoluções - Aspectos econômicos. 5. Países em desenvolvimento - Política econômica. 6. Países em desenvolvimento - Política social. I. Robinson, James A.

II. Galindo, Rogerio. III. Freitas, Rosiane Correia de. IV. Título.

22-76654

CDD: 330

CDU: 330

---

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/643

[2022]

*Todos os direitos desta edição reservados à*

EDITORA INTRÍNSECA LTDA.

Rua Marquês de São Vicente, 99, 6º andar

22451-041 – Gávea

Rio de Janeiro – RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400

[www.intrinseca.com.br](http://www.intrinseca.com.br)

## PREFÁCIO

ESTE LIVRO TRATA DA IMENSA DIFERENÇA de renda e de padrões de vida que separa os países ricos do mundo, como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a Alemanha, dos países pobres, como os da África subsaariana, da América Central e do sul da Ásia.

No momento em que escrevemos este prefácio, o norte da África e o Oriente Médio estão abalados pela “Primavera Árabe”, iniciada pela chamada Revolução de Jasmim, que teve como gatilho a indignação popular pela autoimolação de um vendedor ambulante, Mohamed Bouazizi, em 17 de dezembro de 2010. Em 14 de janeiro de 2011 houve a renúncia do presidente Zine El Abidine Ben Ali, que governava a Tunísia desde 1987, mas, em vez de diminuir, o ardor revolucionário contra o domínio das elites privilegiadas do país ficou mais forte e logo se espalhou pelo restante do Oriente Médio. Hosni Mubarak, que governou o Egito com mão de ferro por quase trinta anos, foi derrubado em 11 de fevereiro de 2011. Enquanto escrevemos este prefácio, os destinos dos governos de Bahrein, Líbia, Síria e Iêmen são desconhecidos.

As raízes do descontentamento nesses países vêm da pobreza. O egípcio médio tem uma renda que equivale a aproximadamente 12% da renda média de um cidadão dos Estados Unidos, e sua expectativa de vida é dez anos menor; 20% da população está em situação de extrema pobreza. Embora essas diferenças sejam significativas, na verdade são consideravelmente pequenas quando comparadas às que existem entre os Estados Unidos e os países mais pobres do mundo, como Coreia do Norte, Serra Leoa e Zimbábue, onde bem mais da metade da população vive na pobreza.

Por que o Egito é tão mais pobre do que os Estados Unidos? Quais são as limitações que impedem os egípcios de se tornarem mais prósperos? A pobreza do Egito é imutável, ou pode ser erradicada? Um modo natural de começar a pensar sobre isso é olhar o que os próprios egípcios dizem sobre os problemas que enfrentam e por que se revoltaram contra o regime de Mubarak. Noha Hamed, de 24 anos, que trabalha em uma agência de publicidade no Cairo, deixou claro o que pensava enquanto protestava na praça Tahrir: “Sofremos devido à corrupção, à opressão e à péssima educação de base. Estamos vivendo em um sistema corrupto que precisa mudar.” Também na praça, Mosaab El Shami, de 20 anos, estudante de farmácia, concordou: “Espero que até o fim do ano tenhamos um governo eleito, as liberdades universais tenham sido aplicadas e a corrupção que tomou o país tenha acabado.” Os manifestantes da praça Tahrir eram unânimes quanto à corrupção do governo e à sua incapacidade de prestar serviços públicos e quanto à desigualdade de oportunidades no país. Eles reclamavam particularmente da repressão e ausência de direitos políticos. Como Mohamed ElBaradei, ex-diretor da Agência Internacional de Energia Atômica, escreveu no Twitter em 13 de janeiro de 2011: “Tunísia: repressão + ausência de justiça social + falta de canais para mudança pacífica = uma bomba-relógio.” Tanto os egípcios quanto os tunisianos acreditavam que seus problemas econômicos eram causados fundamentalmente pela falta de direitos políticos. Quando os manifestantes começaram a formular suas exigências de modo mais sistemático,

as doze demandas mais urgentes postadas por Wael Khalil, o engenheiro de software e blogueiro que se tornou um dos líderes dos protestos no Egito, eram voltadas para mudanças políticas. Questões como o aumento do salário mínimo só surgiram entre as demandas transitórias, que seriam implementadas mais tarde.

Para os egípcios, entre os motivos que impedem o país de se desenvolver estão um Estado ineficiente e corrupto e uma sociedade que não acolhe seus talentos, sua ambição e sua engenhosidade nem emprega a instrução que venham a receber. Mas eles também reconhecem que as raízes desses problemas são políticas. Todos os impedimentos econômicos com que se deparam surgem do modo como o poder político no Egito é exercido e monopolizado por uma pequena elite. Isso, segundo eles, é a primeira coisa que precisa mudar.

No entanto, essa crença dos manifestantes da praça Tahrir diverge fundamentalmente da sabedoria convencional sobre o tema. Quando tentam compreender os motivos da pobreza de um país como o Egito, acadêmicos e comentaristas em geral dão ênfase a fatores completamente diferentes. Alguns ressaltam que a pobreza do Egito é determinada, a princípio, por sua geografia: quase todo o território do país está numa área desértica, sem um regime de chuvas adequado e com solos e clima que inviabilizam uma agricultura produtiva. Outros destacam os atributos culturais dos egípcios, que supostamente não são propícios para o desenvolvimento econômico e a prosperidade. Afirmam que os egípcios não têm o mesmo tipo de ética de trabalho nem os mesmos traços culturais que permitiram a prosperidade de outros povos; em vez disso, aceitaram as crenças da fé islâmica, incompatíveis com o progresso econômico.

Uma terceira abordagem, predominante entre os economistas e especialistas em políticas públicas, se baseia na noção de que os governantes do Egito simplesmente não sabem o que é necessário para tornar o país próspero, por isso seguiram muitas políticas e estratégias incorretas. Segundo o raciocínio, se esses governantes fossem bem aconselhados,

a prosperidade viria. Para esses acadêmicos e especialistas, o fato de os egípcios terem sido governados por pequenas elites que enriqueceram à custa da sociedade parece irrelevante para compreender os problemas econômicos do país.

Neste livro, afirmaremos que são os egípcios da praça Tahrir, e não a maior parte dos estudiosos e especialistas, que têm a razão. Na verdade, o Egito é pobre precisamente por ter sido governado por uma pequena elite que organizou a sociedade para benefício próprio, à custa da vasta massa da população. O poder político esteve muito concentrado e foi usado para criar muita riqueza para seus detentores, como a suposta fortuna de 70 bilhões de dólares acumulada pelo ex-presidente Mubarak. Quem saiu perdendo foram os egípcios, que entendem isso muito bem.

Vamos mostrar que a interpretação sobre a pobreza egípcia feita pelo povo fornece uma explicação geral para a pobreza de todos os países. Não importa se o assunto é Coreia do Norte, Serra Leoa ou Zimbábue: mostraremos que os motivos de esses países serem pobres são os mesmos que tornam o Egito pobre. Países como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos se tornaram ricos porque seus cidadãos derrubaram as elites que controlavam o poder e criaram uma sociedade em que os poderes políticos eram muito mais bem distribuídos, em que o governo era responsabilizado e responsivo aos cidadãos, em que a grande massa de habitantes era capaz de aproveitar as oportunidades econômicas. Mostraremos que, para entender por que existe tanta desigualdade no mundo de hoje, precisamos investigar o passado e estudar a dinâmica histórica da sociedade. Veremos que a razão para que a Grã-Bretanha seja mais rica do que o Egito é o fato de que, em 1688, a Grã-Bretanha (ou a Inglaterra, para sermos exatos) passou por uma revolução que transformou a política e, por consequência, a economia dessa nação. As pessoas lutaram e conquistaram mais direitos políticos, que usaram para expandir suas oportunidades econômicas. O resultado foi uma trajetória política e econômica fundamentalmente diferente, que culminou com a Revolução Industrial.

A Revolução Industrial, com as tecnologias que a acompanham, não chegou ao Egito porque o país estava sob controle do Império Otomano, que tratava o povo mais ou menos do mesmo modo como a família Mubarak faria tempos depois. O governo otomano no Egito foi derrubado por Napoleão Bonaparte em 1798, mas em seguida o país caiu sob controle do colonialismo britânico, que tinha tão pouco interesse quanto os otomanos na promoção da prosperidade egípcia. Embora os egípcios tenham se libertado dos impérios Otomano e Britânico e, em 1952, derrubado a monarquia local, não passaram por revoluções como a de 1688 na Inglaterra. Ao invés de alterar os fundamentos da política no Egito, essas revoluções levaram ao poder outra elite igualmente desinteressada em buscar prosperidade para a população geral, como já acontecia desde os otomanos e os britânicos. Por consequência, a estrutura básica da sociedade não se alterou, e o Egito permaneceu pobre.

Neste livro, vamos estudar como esses padrões se reproduzem ao longo do tempo e por que às vezes se alteram, como aconteceu na Inglaterra, em 1688, e na França, com a revolução de 1789. Isso nos ajudará a entender se a situação no Egito está mudando e se a revolução que derrubou Mubarak conduzirá a um novo conjunto de instituições capaz de levar prosperidade ao cidadão médio. O Egito passou por revoluções que não mudaram a situação porque seus organizadores simplesmente tomaram as rédeas dos líderes depostos e recriaram um sistema similar. É difícil, para cidadãos comuns, obter poder político genuíno e mudar o modo como suas sociedades funcionam. Mas é possível, e veremos como isso aconteceu na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, assim como no Japão, em Botsuana e no Brasil. É necessária uma transformação política desse tipo para que uma sociedade pobre se torne rica. Há indícios de que isso esteja acontecendo no Egito. Reda Metwaly, outro manifestante na praça Tahrir, afirmou: “Agora você vê muçulmanos e cristãos juntos, agora você vê os mais velhos e os mais jovens juntos, e todos querem a mesma coisa.”

Veremos que um movimento social abrangente como esse foi um fator decisivo para transformações políticas reais. Se compreendermos quando e por que essas transições acontecem, estaremos em melhores condições de avaliar quando esses movimentos vão fracassar, como aconteceu com frequência no passado, e quando podemos ter esperanças de que sejam bem-sucedidos e mudem a vida de milhões de pessoas.

# 1.

---

## TÃO PERTO, MAS TÃO DIFERENTE

### **A economia do Rio Grande**

A CIDADE DE NOGALES É CORTADA ao meio por uma cerca. Junto a essa cerca, olhando para o norte, é possível ver Nogales, no Arizona, localizada no distrito de Santa Cruz, onde a renda domiciliar média é por volta de 30 mil dólares anuais. A maioria dos adolescentes frequenta a escola, e a maioria dos adultos se formou no ensino médio. Apesar de todas as questões sobre as deficiências do sistema de saúde dos Estados Unidos, a população é relativamente saudável, com expectativa de vida alta de acordo com padrões mundiais. Muitos residentes têm mais de 65 anos e acesso ao Medicare, apenas um dos muitos serviços que o governo oferece e ao qual quase ninguém dá muita importância, assim como energia elétrica, telefonia, sistema de saneamento, atendimento público de saúde, uma rede de rodovias que liga o lugar a outras cidades da área e ao restante dos Estados Unidos, e, não menos importante, a lei e a ordem. A população de Nogales, Arizona, pode fazer as atividades cotidianas sem temer por sua vida nem por sua segurança e sem se preocupar com roubos, expropriação ou outros possíveis riscos para seus investimentos nos negócios

e em suas casas. Igualmente importante, essas pessoas têm a certeza que, apesar de toda a ineficiência e dos ocasionais casos de corrupção, o governo trabalha para elas. Podem votar para substituir o prefeito, os deputados e senadores; e votam nas eleições presidenciais que determinam quem governará o país. A democracia é natural para essa gente.

A vida ao sul da cerca, a poucos metros de distância, é bem diferente. Embora os habitantes de Nogales, no estado de Sonora, vivam em uma parte relativamente próspera do México, sua renda domiciliar média é por volta de um terço da renda de Nogales, Arizona. A maioria dos adultos ali não se formou no ensino médio, e muitos adolescentes não frequentam a escola. As mães se preocupam com a taxa alta de mortalidade infantil. Com a má qualidade dos serviços de saúde, não surpreende que os habitantes de Nogales, Sonora, não vivam tanto quanto seus vizinhos. E também não tenham acesso a muitos serviços públicos. As estradas ao sul da cerca estão em más condições. Os serviços de segurança são piores. A criminalidade é alta, e abrir um negócio é uma atividade arriscada. Como se não bastasse a chance de ser roubado, não é fácil conseguir todas as permissões e molhar as mãos de todas as autoridades necessárias para a empreitada começar a funcionar. Os habitantes de Nogales, Sonora, convivem diariamente com a corrupção e a inércia dos políticos.

Ao contrário do que acontece com seus vizinhos ao norte, a democracia mexicana é uma experiência bastante recente. Até as reformas políticas de 2000, Nogales, Sonora, assim como o restante do país, estava sob o controle corrupto do Partido Revolucionário Institucional (PRI).

Como é possível que as duas metades do que é essencialmente a mesma cidade sejam tão distintas? Não há diferenças geográficas ou climáticas, nem nos tipos de doenças predominantes na área, uma vez que os germes não enfrentam restrições para atravessar a fronteira entre os Estados Unidos e o México. Claro, as condições de saúde são bem diferentes, mas isso não tem nada a ver com o ambiente ser mais ou menos propício para doenças; deve-se ao fato de as pessoas ao sul da fronteira viverem em condições sanitárias piores e não terem bons serviços de saúde.

Mas talvez a diferença esteja nos habitantes. Será que o povo de Nogales, Arizona, descende de migrantes europeus, enquanto os do sul são descendentes de astecas? Não é o caso. As origens dos povos dos dois lados da fronteira são bastante semelhantes: quando o México se tornou independente da Espanha, em 1821, a área em torno de “Los dos Nogales” era parte do estado mexicano de Vieja California, o que continuou mesmo depois da guerra de 1846-1848 entre o México e os Estados Unidos. Na verdade, foi só depois da Compra Gadsden, em 1853, que a fronteira americana se estendeu até essa área. Foi o tenente N. Michler que, ao inspecionar a fronteira, percebeu a presença do “belo vale de Los Nogales”. Ali, de cada lado da fronteira, as duas cidades cresceram. Os habitantes de Nogales, Arizona, e de Nogales, Sonora, têm ancestrais em comum e compartilham a comida e a música — e, arriscaríamos dizer, a “cultura”.

Claro, existe uma explicação muito simples e óbvia para as diferenças entre as duas Nogales, e você provavelmente já a adivinhou: a própria fronteira que define as duas metades. Nogales, no Arizona, fica nos Estados Unidos. Seus habitantes têm acesso às instituições econômicas dos Estados Unidos, que lhes permitem escolher livremente suas ocupações, se instruir e se qualificar, e incentivam os empregadores a investir na melhor tecnologia, o que leva a salários mais altos. Eles também têm acesso a instituições políticas que lhes permitem tomar parte no processo democrático, eleger seus representantes e os substituir caso se comportem mal. Como consequência, os políticos se dedicam a garantir os serviços básicos (como saúde, estradas e segurança) exigidos pelos cidadãos. Os habitantes de Nogales, Sonora, não têm a mesma sorte: vivem em um mundo diferente, moldado por instituições diferentes, o que cria incentivos muito díspares para os habitantes das duas cidades, assim como para os empreendedores e as empresas dispostos a investir no local. Esses incentivos criados pelas instituições dos dois municípios e pelos países em que se situam são a principal razão para as diferenças de prosperidade econômica dos dois lados da fronteira.

Por que as instituições dos Estados Unidos têm muito mais chances de conduzir ao sucesso econômico do que as do México ou, expandindo

a análise, as dos demais países da América Latina? A resposta para essa pergunta está no modo como as sociedades se formaram, no início do período colonial. Na época, ocorreu uma divergência institucional com implicações que duram até hoje. Para compreender essa divergência, é preciso começar pela fundação das colônias da América do Norte e da América Latina.

### **A fundação de Buenos Aires**

No início de 1516, o navegador espanhol Juan Díaz de Solís adentrou um amplo estuário na costa oriental da América do Sul. Após desembarcar, De Solís reivindicou a terra para a Espanha, batizando o curso de água de rio da Prata, metal que encontrou na posse dos locais. Os povos indígenas dos dois lados do estuário — os charruas, onde hoje é o Uruguai, e os querandís, nas planícies que viriam a ser conhecidas como os pampas, na Argentina moderna — responderam com hostilidade à chegada dos colonizadores. Esses povos eram compostos por caçadores-coletores que viviam em grupos pequenos sem autoridades políticas centralizadas. Na verdade, foi um bando de charruas que matou a pauladas o navegador, que explorava os novos domínios ao tentar ocupá-los para a Espanha.

Em 1534, os espanhóis, ainda otimistas, enviaram uma primeira missão de colonos sob a liderança de Pedro de Mendoza. Naquele mesmo ano, foi fundada uma cidade no local da Buenos Aires atual. Devia ser um lugar ideal para europeus. Buenos Aires, que significa literalmente “bons ares”, tinha um clima temperado agradável. No entanto, a primeira estada dos espanhóis foi curta. Eles não estavam atrás de bons ares, e sim de recursos para extrair e de mão de obra para trabalhos forçados. Os charruas e os querandís, no entanto, resistiram. Recusavam-se a fornecer alimentos para os espanhóis e, quando capturados, não trabalhavam. Atacavam a nova colônia com arcos e flechas. Os espanhóis passavam fome, pois não tinham cogitado que precisariam providenciar comida para o próprio sustento. Buenos Aires não era o local dos sonhos que tinham imaginado.

Era impossível forçar os nativos a trabalhar para eles. A área não tinha nem ouro nem prata a serem explorados, e a prata que De Solís encontrara na verdade tinha vindo do distante território dos incas nos Andes, bem a oeste.

Ao mesmo tempo que tentavam sobreviver, os espanhóis começaram a enviar expedições para encontrar um novo lugar que oferecesse mais riquezas e populações mais fáceis de coagir. Em 1537, uma dessas expedições, sob o comando de Juan de Ayolas, subiu o rio Paraná em busca de uma rota para os incas. No caminho, entrou em contato com os guaranis, um povo sedentário cuja agricultura se baseava em milho e mandioca. De Ayolas imediatamente percebeu que os guaranis eram muito diferentes dos charruas e dos querandís. Depois de um breve conflito, os espanhóis dominaram a resistência guarani e fundaram uma cidade, Nuestra Señora de Santa María de la Asunción, que até hoje é a capital do Paraguai. Os conquistadores se casaram com as princesas guaranis e logo se estabeleceram como uma nova aristocracia. Eles adaptaram os sistemas existentes de tributos e de trabalho forçado dos guaranis, pondo a si mesmos no leme. Esse era o tipo de colônia que queriam estabelecer, e em quatro anos Buenos Aires estava abandonada, uma vez que todos os espanhóis antes estabelecidos lá haviam se mudado para a nova cidade.

Buenos Aires, a “Paris da América do Sul”, uma cidade de amplos bulevares no estilo europeu, fundada na grande riqueza agrícola dos pampas, só voltou a ser ocupada em 1580. O abandono da cidade e a conquista dos guaranis revela a lógica da colonização europeia nas Américas. Os primeiros colonos espanhóis, e, como veremos, também os ingleses, não estavam interessados em trabalhar o solo por conta própria; queriam que outros fizessem isso em seu lugar, e queriam riquezas, ouro e prata, para saquear.

### **De Cajamarca...**

As expedições de Solís, Mendoza e Ayolas vieram no rastro de outras, mais famosas, que ocorreram depois que Cristóvão Colombo avistou uma das ilhas das Bahamas, em 12 de outubro de 1492. A expansão espanhola e a

colonização das Américas começaram, de fato, com a invasão do México por Hernán Cortés, em 1519, a expedição de Francisco Pizarro ao Peru, uma década e meia depois, e a expedição de Pedro de Mendoza ao rio da Prata, dois anos mais tarde. Ao longo do século seguinte, a Espanha conquistou e colonizou a maior parte das regiões central, ocidental e meridional da América do Sul, ao passo que Portugal ficou com o Brasil, na porção oriental.

A estratégia de colonização espanhola foi altamente eficaz. Aperfeiçoada por Cortés, no México, a base da atuação se concentrava na ideia de que o melhor meio para subjugar possíveis oposições era capturar o líder dos povos locais. Essa estratégia permitia que os espanhóis ficassem com a riqueza acumulada pelo líder e coagissem os nativos a pagar tributos e fornecer alimentos. O passo seguinte era se estabelecer como a nova elite da sociedade indígena e assumir o controle dos métodos existentes de taxaço, tributação e, principalmente, de trabalhos forçados.

Quando chegaram à grande capital asteca de Tenochtitlán, em 8 de novembro de 1519, Cortés e seus homens foram bem acolhidos por Montezuma, o imperador asteca, que, contrariando os avisos de muitos de seus conselheiros, decidiu receber os espanhóis pacificamente. O que aconteceu em seguida é bem descrito pelo relato, compilado depois de 1545, pelo padre franciscano Bernardino de Sahagún, em seu famoso Códice Florentino.

Imediatamente [os espanhóis] capturaram Montezuma (...) depois, todas as armas dispararam. (...) O medo prevaleceu. Foi como se todos tivessem engolido o coração. Mesmo antes de escurecer, houve terror, houve espanto, houve apreensão, houve perplexidade do povo.

E no seguinte alvorecer [os espanhóis] proclamaram todas as exigências: tortilhas brancas, perus assados, ovos, água potável, madeira, lenha, carvão (...) essas ordens foram dadas por Montezuma.

Quando os espanhóis estavam bem estabelecidos, questionaram Montezuma sobre todos os tesouros da cidade (...) com grande zelo eles procuraram ouro. E Montezuma assim liderou os espanhóis. Eles o cercavam (...) o segurando, então, o agarrando.

Quando chegaram ao armazém, um lugar chamado Teocalco, eles trouxeram todas as coisas brilhantes; o cocar de penas de quetzal, os objetos, os escudos, os discos dourados (...) os crescentes dourados usados sobre o nariz, as faixas douradas usadas nas pernas, as faixas douradas dos braços, as tiaras douradas.

Dali foi retirado o ouro (...) imediatamente eles queimaram, puseram fogo em (...) todas as coisas preciosas. Tudo queimou. O ouro, os espanhóis transformaram em barras separadas (...) E os espanhóis andaram por tudo. Pegaram tudo, tudo o que viam e que julgavam de valor.

Depois, foram ao depósito do próprio Montezuma (...) no lugar chamado Totocalco (...) e pegaram todas as propriedades [de Montezuma] (...) as coisas preciosas, os colares com pingentes, as faixas de braços com penas de quetzal, as faixas douradas de braços, os braceletes, as faixas douradas com conchas (...) e o diadema de turquesa, atributo do governante. Pegaram tudo.

A conquista militar dos astecas se concluiu em 1521. Cortés, como governador da província da Nova Espanha, começou então a dividir o recurso mais valioso, a população indígena, por meio da instituição da *encomienda*. A *encomienda* surgiu na Espanha do século xv como parte da reconquista do sul do país, retomado dos mouros, povos árabes que haviam se estabelecido ali no século VIII. No Novo Mundo, o esquema assumiu uma forma mais perniciosa: era uma concessão de populações indígenas para um indivíduo espanhol, conhecido como *encomendero*. As

populações indígenas precisavam pagar tributos e prestar serviços ao *encomendero* que, em troca, ficava encarregado de convertê-las ao cristianismo.

Há um relato vívido dos primeiros tempos do funcionamento da *encomienda* feito por Bartolomé de las Casas, um padre dominicano que formulou as primeiras e mais devastadoras críticas ao sistema colonial espanhol. Las Casas chegou à ilha de Hispaniola em 1502 com uma frota de navios comandada pelo novo governador, Nicolás de Ovando. Ele ficou cada vez mais desiludido e perturbado com a exploração e o tratamento cruel destinado aos povos indígenas que testemunhava dia após dia. Em 1513, tomou parte como capelão na conquista de Cuba pela Espanha, tendo inclusive recebido uma *encomienda* por seus serviços. No entanto, renunciou aos indígenas que lhe foram concedidos e deu início a uma grande campanha para reformar as instituições coloniais espanholas. Seus esforços culminaram no livro *Um breve relato da devastação das Índias*, que escreveu em 1542, um ataque vigoroso à barbárie do domínio espanhol. Sobre a *encomienda*, ele declarou o seguinte, no caso da Nicarágua:

Cada colono tomava residência na cidade designada para ele (ou encomendada a ele, segundo o dizer legal), punha os habitantes para trabalhar em seu nome, roubava seus gêneros alimentícios já escassos e assumia o controle das terras que possuía e que eram trabalhadas pelos nativos e em que eles tradicionalmente cultivavam seus próprios alimentos. O colono tratava toda a população nativa — dignitários, idosos, mulheres e crianças — como membros de sua casa; como tais, fazia-os trabalhar noite e dia para seu próprio interesse, sem qualquer repouso.

No caso da conquista de Nova Granada, a moderna Colômbia, Las Casas relata a estratégia espanhola como um todo em ação:

Para cumprir com o propósito de longo prazo de tomar todo o ouro disponível, os espanhóis empregavam sua estratégia

usual de dividir entre si (ou *encomendar*, segundo o dizer deles) as cidades e seus habitantes (...) e depois, como sempre, tratá-los como escravos comuns. O homem no comando geral da expedição capturou o rei de todo o território e o manteve prisioneiro por seis ou sete meses, exigindo de maneira ilícita cada vez mais ouro e mais esmeraldas para si. Este rei, um certo Bogotá, ficou de tal modo apavorado que, em sua ansiedade para se libertar das garras dos algozes, consentiu com a exigência de encher uma casa inteira com ouro; para tanto, enviou seu povo em busca de ouro, que era trazido pouco a pouco junto com muitas pedras preciosas. Mesmo assim, a casa não ficou cheia, e os espanhóis acabaram declarando que matariam Bogotá por não cumprir com a promessa. O comandante sugeriu que o rei deveria ser trazido a ele, como representante da lei; então, formulando acusações formais contra o rei, o sentenciou à tortura caso houvesse persistência em não honrar a barganha. Eles o torturaram com o pêndulo, colocaram sebo fervente no seu abdômen, prenderam ambas as suas pernas com arcos de ferro e o pescoço com outro aro, e então, com dois homens segurando suas mãos, queimaram-lhe os pés. De tempos em tempos, o comandante chegava e repetia ao rei que ele seria torturado lentamente até a morte, a não ser que entregasse mais ouro, e foi isso o que fizeram, até que o rei sucumbiu finalmente às agonias que lhe eram infligidas.

A estratégia e as instituições da conquista, aperfeiçoadas no México, foram adotadas com avidez em toda parte do Império Espanhol. Em nenhum outro lugar isso foi feito com mais eficácia do que na conquista do Peru por Pizarro. Como Las Casas diz no início de seu relato:

Em 1531, outro grande vilão viajou com muitos homens para o reino do Peru. Viajava com a intenção absoluta de imitar a

estratégia e as táticas de seus companheiros de aventura em outras partes do Novo Mundo.

Pizarro começou na costa, perto da cidade peruana de Tumbes, e marchou para o sul. Em 15 de novembro de 1532, chegou à cidade montanhosa de Cajamarca, onde o imperador inca Atahualpa estava acampado com seu Exército. No dia seguinte, Atahualpa, que acabara de derrotar seu irmão, Huáscar, em uma competição para decidir quem seria o sucessor do falecido pai, Huayna Capac, foi com seu séquito até onde os espanhóis estavam acampados. Atahualpa estava irritado por ter ouvido falar das atrocidades que os espanhóis haviam cometido, como a violação de um tempo do Deus Sol Inti. O que aconteceu em seguida é bem conhecido. Os espanhóis montaram uma armadilha. Mataram os guardas e os seguidores de Atahualpa, um morticínio que pode ter chegado a 2 mil pessoas, e capturaram o novo rei. Para recuperar a liberdade, Atahualpa teve de prometer encher um cômodo com ouro e mais dois do mesmo tamanho com prata. Ele cumpriu a promessa, mas os espanhóis, faltando com a palavra, o estrangularam em julho de 1533. Em novembro daquele ano, os espanhóis capturaram a capital inca, Cusco, onde os aristocratas incas também receberam o tratamento destinado a Atahualpa, sendo mantidos presos até entregarem ouro e prata. Quando não satisfaziam as exigências dos espanhóis, eram queimados vivos. Os grandes tesouros artísticos de Cusco, como o Templo do Sol, tiveram seu ouro arrancado e derretido para a formação de lingotes.

A essa altura, os espanhóis se concentravam no povo do Império Inca. Assim como no México, os cidadãos foram divididos em *encomiendas*, cada uma cedida a um dos conquistadores que acompanharam Pizarro. A *encomienda* era a principal instituição usada para controlar e organizar o trabalho no início do período colonial, mas logo passou a ter um adversário vigoroso. Em 1545, um habitante local chamado Diego Guallpa estava procurando um templo indígena no alto dos Andes, na região onde hoje é a Bolívia. Ele foi arremessado ao solo por uma súbita rajada de vento e

acabou encontrando um depósito de minério de prata. O local era parte de uma imensa montanha cheia de veios de prata, que os espanhóis batizaram de El Cerro Rico, “Montanha Bonita”. A cidade de Potosí cresceu ao seu redor e, no auge, em 1650, chegou a ter uma população de 160 mil pessoas, maior do que Lisboa ou Veneza na época.

Para explorar a prata, os espanhóis precisavam de mineradores — muitos mineradores. Um novo vice-rei, Francisco de Toledo, foi apontado para atuar como a maior autoridade colonial espanhola, cuja principal missão era resolver o problema de mão de obra. De Toledo chegou ao Peru em 1569 e passou os primeiros cinco anos viajando pelo entorno e investigando seu novo posto. Também solicitou uma imensa pesquisa sobre toda a população adulta. Para encontrar os trabalhadores de que precisava, De Toledo primeiro transferiu quase toda a população adulta, concentrando-a em novas cidades, as *reducciones*, que facilitariam a exploração do trabalho pela Coroa espanhola. Depois, reviveu e adaptou a instituição de trabalho inca conhecida como *mita*, que, na língua dos incas, o quéchua, significa “turno”. Sob o sistema da *mita*, os incas haviam usado trabalho forçado para administrar plantações projetadas com o objetivo de oferecer alimento para os templos, a aristocracia e o Exército. Em troca, a elite inca oferecia auxílio contra a fome e segurança. Nas mãos do vice-rei espanhol, a *mita*, especialmente a *mita* de Potosí, veio a se tornar o maior e mais oneroso esquema de exploração de trabalho no período colonial espanhol. De Toledo definiu uma imensa área de captura, que começava no centro do atual Peru e abrangia a maior parte do que hoje é a Bolívia, cobrindo uma área de aproximadamente 320 mil quilômetros quadrados. Nessa região, um em cada sete habitantes do sexo masculino recém-chegados às *reducciones* era obrigado a trabalhar nas minas de Potosí. A *mita* de Potosí durou todo o período colonial e só foi abolida em 1825. O Mapa 1 mostra a área de captura da *mita* superposta à extensão do Império Inca na época da conquista espanhola, ilustrando até que ponto a *mita* coincidia com o coração do império, abrangendo a capital, Cusco.



**Mapa 1:** O Império Inca, sua rede de estradas e a área de captura da *mita* de mineração.

Ainda hoje, no Peru, o legado da *mita* é evidente de maneira notável. Compare, por exemplo, as províncias de Calca e de Acomayo, próximas entre si. Parece haver poucas diferenças entre as duas. Ambas ficam na parte alta das montanhas e são habitadas por descendentes dos incas falantes de quéchua. No entanto, Acomayo é muito mais pobre, e seus habitantes gastam cerca de um terço a menos do que os residentes de Calca. A população sabe disso. Em Acomayo é comum perguntarem aos estrangeiros corajosos que os visitam: “Você não sabe que aqui as pessoas são mais pobres do que em Calca? Por que quis vir para cá?” Esses viajantes são corajosos porque, saindo de Cusco, a capital regional e antigo centro do Império Inca, é muito mais difícil chegar a Acomayo do que a Calca. A estrada até Calca é pavimentada, enquanto a que vai para Acomayo está

em condições terríveis. Para Acomayo, é preciso ir a cavalo ou mula. Os mesmos produtos são cultivados nas duas cidades, mas em Calca a produção é vendida em mercados, em troca de dinheiro. Em Acomayo, o alimento é produzido para subsistência. Essas desigualdades, visíveis a olho nu e percebidas pelos habitantes locais, podem ser compreendidas a partir das diferenças institucionais entre as regiões — diferenças institucionais com raízes históricas que remontam a De Toledo e a seu plano de exploração do trabalho indígena. A principal diferença histórica entre Acomayo e Calca é que Acomayo ficava na área de captura da *mita* de Potosí. Calca, não.

Além da concentração de trabalho e da *mita*, De Toledo consolidou a *encomienda* com um imposto per capita, uma soma fixa por adulto do sexo masculino a ser paga anualmente em prata. Era mais um esquema planejado para forçar as pessoas a entrarem no mercado de trabalho e reduzir os salários pagos pelos proprietários de terras espanhóis. Outra instituição, o *repartimiento de mercancías*, o repartimento de bens, também se disseminou durante esse período. O *repartimiento* envolvia a venda forçada de mercadorias para pessoas da região a preços determinados pelos espanhóis. Por fim, De Toledo introduziu o *trajín* — cujo significado era literalmente “o fardo” —, que obrigava os povos indígenas a carregarem fardos pesados de mercadorias, como vinho, folhas de coca ou têxteis, substituindo os animais de carga nos empreendimentos comerciais da elite espanhola.

Durante o período colonial, surgiram instituições e estruturas sociais semelhantes em toda a América espanhola. Depois de uma fase inicial de saque e cobiça por ouro e prata, os espanhóis criaram uma teia de instituições projetadas para a exploração dos povos indígenas. O conjunto completo, formado por *encomenda*, *mita*, *repartimiento* e *trajín*, foi construído para reduzir os padrões de vida das populações indígenas ao nível de subsistência, de forma que todo excedente pudesse ser extraído pelos espanhóis. Foram bem-sucedidos graças à expropriação da terra, ao trabalho escravo, aos baixos salários em troca dos serviços prestados, à imposição de impostos altos e à cobrança abusiva pelas mercadorias, que

não eram sequer compradas voluntariamente. Embora essas instituições tenham gerado muita riqueza para a Coroa espanhola e enriquecido os conquistadores e seus descendentes, também transformaram a América Latina no continente mais desigual do mundo e exauriram grande parte de seu potencial econômico.

### ... a Jamestown

Quando os espanhóis deram início à conquista das Américas, na década de 1490, a Inglaterra era uma potência europeia menor, ainda se recuperando dos efeitos de uma guerra civil devastadora, a Guerra das Rosas. O país não estava em condições de tirar vantagem da disputa pelo butim e pelo ouro, nem da oportunidade de explorar os povos nativos das Américas. Quase cem anos depois, em 1588, a destruição da Armada Espanhola, enviada pelo rei Felipe II para invadir a Inglaterra, abalou os pilares da Europa. Embora tenha ocorrido por um lance de sorte, a vitória inglesa também era um sinal do crescente domínio da Inglaterra sobre os mares, o que lhe permitiria, finalmente, participar da corrida pela construção de um império colonial.

Sendo assim, não é coincidência que os ingleses tenham dado início à colonização da América do Norte nessa época. Porém, estavam atrasados na corrida. A escolha da América do Norte não se deu pela atratividade da área, mas porque era o único território disponível. As partes “desejáveis” das Américas, onde a população indígena a ser explorada era abundante e onde ficavam as minas de ouro e de prata, já estavam ocupadas. Quando Arthur Young, escritor e agricultor inglês do século XVIII, examinou os locais onde se produziam “mercadorias básicas”, o que nesse caso era sinônimo de produtos agrícolas que podiam ser exportados, ele observou:

Parece que, como regra geral, a produção de mercadorias básicas de nossas colônias diminui de valor na proporção de sua distância em relação ao Sol. Nas Índias Ocidentais, as mais quentes de todas, essas mercadorias chegam a um total

de 8l. 12s. 1d. per capita. Nas colônias continentais do sul, a 5l. Nas centrais, a 9s. 6 ½ d. Nas colônias do norte, a 2s. 6d. A escala certamente sugere uma lição de grande importância: evitar a colonização de latitudes mais ao norte.\*

A primeira tentativa inglesa de estabelecer uma colônia, em Roanoke, na Carolina do Norte, no período entre 1585 e 1587, foi um completo fracasso. Em 1607, os ingleses tentaram de novo. Pouco antes do fim de 1606, três embarcações, *Susan Constant*, *Godspeed* e *Discovery*, partiram para a Virgínia sob o comando do capitão Christopher Newport. Os colonos, sob os auspícios da Companhia da Virgínia, entraram na baía de Chesapeake e subiram por um rio, batizado de James em homenagem ao monarca inglês da época, o rei James I. Em 14 de maio de 1607, foi fundada a colônia de Jamestown.

Embora fossem ingleses, os colonos a bordo dos navios da Companhia da Virgínia tinham um modelo de colonização muito influenciado pelo modelo estabelecido por Cortés, Pizarro e De Toledo. Seu primeiro plano era capturar o chefe local e usá-lo para obter provisões e coagir a população a entregar alimentos e riquezas.

No desembarque em Jamestown, os colonos ingleses não sabiam que estavam dentro do território reivindicado pela Confederação Powhatan, uma coalizão de cerca de trinta grupos que juravam fidelidade a um rei chamado Wahunsunacock. A capital, base de Wahunsunacock, ficava na cidade de Werowocomoco, a meros 30 quilômetros de Jamestown. O plano dos colonos era descobrir mais sobre o território. Caso não fosse possível induzir os nativos a fornecer alimentos e trabalho, pelo menos poderiam estabelecer comércio com eles. A ideia de que poderiam trabalhar e cultivar os próprios alimentos parece não ter passado pela cabeça

---

\* Os valores indicados por Arthur Young estão em libras. Lê-se 8 libras, 12 xelins e 1 *penny* (ou centavo). Como o sistema não é decimal, a exibição do valor se baseia nas subdivisões da moeda. [N. E.]

dos ingleses. Não era isso que os conquistadores do Novo Mundo faziam. Wahunsunacock não demorou a descobrir a presença dos colonos e viu suas intenções com grande suspeita. Ele estava no comando do que, pelos padrões da América do Norte, era um império bastante grande. No entanto, tinha muitos inimigos e não contava com o impressionante controle político centralizado dos incas. Com isso, decidiu investigar quais eram as intenções dos ingleses, inicialmente enviando mensageiros para anunciar seu desejo de manter relações amistosas.

À medida que o inverno de 1607 se encerrava, os colonos de Jamestown começaram a ficar sem alimentos, e o líder indicado pelo conselho de administração da colônia, Edward Marie Wingfield, não sabia o que fazer. Quem salvou a situação foi o capitão John Smith, um personagem notável cujos escritos são uma das principais fontes de informação sobre o desenvolvimento inicial da colônia. Nascido na Inglaterra, na área rural de Lincolnshire, ele desrespeitou a vontade do pai, que sonhava em ver o filho comerciante, para se tornar aventureiro. Ele lutou ao lado dos Exércitos ingleses na Holanda, depois entrou para as forças austríacas que lutavam na Hungria contra os exércitos do Império Otomano. Capturado na Romênia, foi vendido como escravo e posto para trabalhar no campo. Certo dia, conseguiu dominar seu senhor e, roubando as roupas e o cavalo dele, escapou e voltou para o território austríaco. Smith arrumara encrenca durante a viagem para a Virgínia e fora preso no *Susan Constant* por se amotinar depois de desafiar as ordens de Wingfield. Quando os navios chegaram ao Novo Mundo, o plano era que ele fosse julgado. No entanto, para imenso horror de Wingfield, Newport e outros colonos da elite, quando abrirem as ordens que haviam recebido e até então estavam seladas, descobriram que a Companhia da Virgínia nomeara Smith como membro do conselho de administração que iria governar Jamestown.

Como Newport voltara para a Inglaterra em busca de suprimentos e mais colonos e Wingfield não tinha certeza quanto ao que fazer, foi Smith quem salvou a colônia. Ele deu início a uma série de missões comerciais que asseguraram suprimentos alimentares vitais. Em uma dessas

missões, foi capturado por Opechancanough, um dos irmãos mais novos de Wahunsunacock, e levado até o rei, em Werowocomoco. Ele foi o primeiro inglês a conhecer Wahunsunacock, e foi nesse encontro inicial que, segundo alguns relatos, a vida de Smith foi salva pela intervenção da jovem filha de Wahunsunacock, Pocahontas. Smith foi solto em 2 de janeiro de 1608 e voltou para Jamestown, que continuava com um estoque perigosamente baixo de alimentos, até a chegada de Newport, que retornava da Inglaterra naquele mesmo dia, bem a tempo.

Os colonos de Jamestown não aprenderam muito com essa experiência. Durante o ano de 1608, continuaram a busca por ouro e metais preciosos. Ainda pareciam não compreender que, para sobreviver, não podiam depender dos indígenas locais para fornecimento de alimentos, nem por coerção nem por comércio. Smith foi o primeiro a se dar conta de que o modelo de colonização que funcionara tão bem para Cortés e Pizarro simplesmente não funcionaria na América do Norte; as circunstâncias eram diferentes demais. Smith percebeu que, ao contrário dos astecas e dos incas, os povos na Virgínia não tinham ouro. Na verdade, segundo anotou em seu diário, “os víveres, é bom que saibas, são sua única riqueza”. Anas Todkill, um dos primeiros colonos a deixar um diário detalhado, expressou bem as frustrações de Smith e alguns outros ao se darem conta disso: “Não havia conversa, nem esperança, nem trabalho que não fosse escavar ouro, refinar ouro, carregar ouro.”

Em abril de 1608, quando partiu para a Inglaterra, Newport levou uma carga de pirita, o ouro dos tolos. Ele voltou no fim de setembro com ordens da Companhia da Virgínia para apertar o controle sobre os habitantes originários. O plano era coroar Wahunsunacock, esperando que isso o tornasse subserviente ao rei inglês, Jaime I. O líder indígena foi convidado para ir a Jamestown, mas, ainda profundamente desconfiado dos colonos, Wahunsunacock não queria correr o risco de ser capturado. John Smith registrou a resposta dele: “Seu rei me mandou presentes, mas eu também sou um rei, e esta é minha terra (...). Seu rei deve vir até mim, não eu até ele, nem ao seu forte. Não morderei essa isca.”

Nesse clássico moderno da economia e das ciências humanas, Daron Acemoglu e James A. Robinson investigam a história de civilizações separadas tanto pelo tempo quanto pela geografia para responder a uma questão que há séculos intriga os estudiosos: por que algumas nações são ricas e outras são pobres?

Por meio de uma teoria de base universal, os autores afirmam que as estruturas sociais criadas pelo homem são o que sustenta o sucesso econômico — e o fracasso — das nações. Os países só escapam à pobreza quando dispõem de instituições adequadas, com a preservação do direito à propriedade privada e da livre concorrência.

Acemoglu e Robinson defendem, ainda, a tese original de que a probabilidade de os países desenvolverem boas instituições é maior quando contam com um sistema político pluralista e aberto, com disputa de cargos, eleitorado amplo e espaço para a emergência de novos líderes. A partir desses argumentos, demonstram como algumas mudanças podem contribuir para instituições mais plurais, inovações progressistas e êxito econômico, enquanto outras, ao contrário, só estabelecerão mais instituições repressoras e extrativistas que levarão os países à decadência e à estagnação.

### **SAIBA MAIS:**

[www.intrinseca.com.br/livro/1166](http://www.intrinseca.com.br/livro/1166)

